

## **OFÍCIO DE ENSINAR: OS PRIMEIROS PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR "JOSÉ GABRIEL DE OLIVEIRA", DA CIDADE DE SANTA BÁRBARA D´OESTE, SP.**

LAURA APARECIDA CARACANHA (UNICAMP).

### **Resumo**

Esta comunicação tem o objetivo de apresentar resultados parciais da pesquisa sobre a constituição do Grupo Escolar "José Gabriel de Oliveira", situado na cidade de Santa Bárbara D´Oeste. Esta escola, fundada em 29 de março de 1913, foi o primeiro grupo escolar implantado no município e um dos primeiros da Região Metropolitana de Campinas. A pesquisa buscou investigar a importância da implantação de um grupo escolar no município; a influência do poder público na sua construção; os modos de organização dessa instituição e a formação dos primeiros professores contratados. Para tanto, tomou-se como fontes os Livros de Atas da Câmara Municipal, no período de 1889 a 1912, além de documentos produzidos pela instituição, dentre eles o livro de Termo de Compromissos. O exame das Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal permitiu observar que o poder público municipal teve grande influência na instalação desse grupo escolar. Na análise dos documentos escolares, encontraram-se elementos que possibilitam identificar quem foram os primeiros professores contratados, os poderes que lhes eram atribuídos para exercer a função de professor, os deveres a cumprir perante o Estado. Com o exame dos documentos dos primeiros professores, foi possível analisar seus currículos, quanto à formação que possuíam e experiência profissional.

### **Palavras-chave:**

História, Educação, Grupos Escolares.

### **Ofício de ensinar: os primeiros professores do Grupo Escolar "José Gabriel de Oliveira"**

CARACANHA[1], Laura A., UNICAMP, SP.

lauracaracanha@yahoo.com.br

### **Introdução**

Este texto tem o objetivo de apresentar resultados parciais da pesquisa sobre a constituição do Grupo Escolar "José Gabriel de Oliveira", situado na cidade de Santa Bárbara D´Oeste. Esta escola, fundada em 29 de março de 1913, foi o primeiro grupo escolar implantado no município e um dos primeiros da Região Metropolitana de Campinas.

A pesquisa buscou investigar a importância da implantação de um grupo escolar no município; a influência do poder público na sua construção; os modos de organização dessa instituição e a formação dos primeiros professores contratados.

Para tanto, tomou-se como fontes os Livros de Atas da Câmara Municipal, no período de 1889 a 1912, além de documentos produzidos pela instituição, dentre eles o livro de Termo de Compromissos. O exame das Atas das Sessões Ordinárias

da Câmara Municipal permitiu observar que o poder público municipal teve grande influência na instalação desse grupo escolar. Na análise dos documentos escolares, encontraram-se elementos que possibilitam identificar quem foram os primeiros professores contratados, os poderes que lhes eram atribuídos para exercer a função de professor, os deveres a cumprir perante o Estado. Com o exame dos documentos dos primeiros professores, foi possível analisar seus currículos, quanto à formação que possuíam e experiência profissional.

### **Os primeiros anos do "Grupo Escolar de Santa Bárbara"**

A reforma do ensino público pela Lei nº. 88, de 08/09/1892, depois alterada pela Lei nº. 169, de 07/08/1893, conforme Tanuri (TANURI, 2000), atendiam as principais idéias das elites republicanas paulistas para a instrução pública, que consistiam em

...a criação de um ensino primário de longa duração (8 anos), dividido em dois cursos (elementar e complementar); a criação dos "grupos escolares", mediante a reunião de escolas isoladas, com o ensino graduado e classes organizadas segundo o nível de adiantamento dos alunos; a criação de um curso superior, anexo à Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios. Na Escola Normal, as alterações foram significativas: embora uma única cadeira continuasse responsável pela formação pedagógica do professor - Pedagogia e Direção de Escolas - destacam-se a amplitude do currículo, com ênfase nas matérias científicas, o prolongamento de seu curso para quatro anos, e a exigência de uma cultura enciclopédica, a ser avaliada através de exames, para ingresso na referida instituição. (p. 69).

Dentro da proposta apresentada para a reforma da instrução pública, e visando combater o quadro precário em que a educação do Estado de São Paulo funcionava, segundo Casemiro dos Reis Filho (1995), os governos republicanos esforçavam-se para construir prédios escolares, iniciando os primeiros "Grupos Escolares" ou "escolas-modelo".

A função dos grupos era reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio de 2 km para meninos e de 1 km para meninas. Em cada grupo escolar era destinado um diretor e quantos professores fossem necessários. As classes eram separadas por sexo e pelo mesmo nível de aprendizagem, sendo os professores a ministrarem aulas para os meninos e professoras para as meninas ou nas salas mistas. Com o grupo, conforme Reis Filho (1995), houve um maior controle do trabalho docente e

A teoria educacional da época, fundada na graduação do ensino, impunha uma melhor divisão do trabalho escolar, pela formação de classes com nível de aprendizagem semelhante. A homogeneização do ensino, a partir do grau de desenvolvimento do aluno, possibilitou melhor rendimento escolar. Embora tenha levado também a mais refinados mecanismos de seleção, criando padrões de

exigência escolar para cada série do curso, determinando inúmeras e desnecessárias barreiras à continuidade do processo educativo. (p. 138)

A autora Rosa Fátima de Souza (1998) complementa que:

Os alunos seriam distribuídos em 4 classes, para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar. Para a direção, o governo nomearia um professor da mesma escola diplomado pela Escola Normal. (p. 47)

O programa de ensino dos grupos escolares destaca Souza, compreendiam conteúdos enriquecidos e enciclopédicos, com a inclusão de novas matérias e procedimentos didáticos.

Segundo a autora (Souza, 1998) os primeiros governos do Estado republicano em São Paulo investiram na formação dos professores e na valorização do magistério por meio da reforma da Escola Normal e da concessão de melhores salários aos professores. A utilização do trabalho feminino no campo da educação vinha ganhando força no final do século XIX e devido ao aumento das escolas era necessária a contratação de mais professores. Como o salário não era atrativo para os homens, as mulheres se sobressaíam nessa área. Nos discursos da época o trabalho feminino era ressaltado, conforme descrito nas Atas e Pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro, em 1884, por João Batista Uchoa Cavalcanti:

Sabe-se que as mulheres têm mais facilidade, mais jeito de transmitir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Maneiras menos rudes e secas, mais afáveis e atraentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence com paciência, doçura e bondade. Nela predominam os instintos maternos e ninguém como ela possui o segredo de cativar a atenção de seus travessos e inquietos ouvintes, sabendo conseguir que as lições, em vez de tarefa aborrecida, tornem-se-lhes como uma diversão, um brinco... Acresce que a professora em geral é mais assídua que o professor, a quem outras ocupações e negócios necessariamente distraem, e não o digo em desabono deles, porque vejo como são mal retribuídos. (p. 63)

Quanto a formação dos professores, destaca Souza, os conteúdos oferecidos pelas Escolas Normais iniciavam com a história do pensamento pedagógico mediante estudo dos "pedagogistas cérebres", como Comenius, Locke e Rousseau, após partia para a educação popular pelo pensamento de Pestalozzi e Froebel, comparando o pensamento deles com os anteriores e, em seguida, o pensamento de Herbert Spencer. Um outro tópico ensinado era a "Análise Pedagógica", ensino e tópico de psicologia, educação intelectual, desenvolvimento das faculdades, educação dos sentidos, educação moral, cultura e sensibilidade, educação da vontade e do caráter e disciplina escolar. Na disciplina de "Síntese Pedagógica" a

organização didática em geral classificação dos alunos, tipos de escolas primárias, programas de ensino, emprego do tempo, material escolar e preparo de classe.

A formação dos professores pela Escola Normal era considerada superior se comparada com o ensino das Escolas Complementares. O professor com formação nas Escolas Complementares saía do curso com um pouco mais de conhecimento que recebia na escola preliminar e com deficiente formação profissional. A formação era uma das exigências para o exercício de professora, além do conhecimento expresso através de concurso e a interferência política. O concurso público para o ingresso na carreira do magistério foi instituído em 1892.

Segundo a mesma autora acima citado, em 1910 existiam 1175 escolas isoladas no Estado de São Paulo, sendo que a formação desses professores estava assim dividida: 209 professores eram normalistas, 779 complementarista, 24 adjuntos de concurso, 143 intermediários e 20 substitutos leigos. Fazendo um comparativo, após dois anos, em 1912, o pessoal docente da escola pública paulista estava assim compreendido: 998 eram normalistas, 1702 complementaristas, 96 normalistas primários, 59 adjuntos de concursos e 171 intermediários.

O corpo docente dos grupos escolares foi inicialmente formado pelos professores efetivos das escolas isoladas absorvidas pelo grupo por ocasião da reunião das escolas. Esses professores eram denominados "adjuntos do diretor". Posteriormente predominou o critério da livre nomeação pelo governo, em conformidade ou não com a indicação do diretor, recaindo sobre os professores formados pela Escola Normal ou escolas complementares. O professor do grupo escolar passou a ser denominado como "adjunto", conforme Souza (1998).

A autora faz uma análise da forma como eram contratados os professores nesse período, pois, o acesso e a ascensão na carreira profissional do magistério não dependiam da competência profissional, como ser aprovado através de um concurso, e sim por indicação e privilégio político e pessoal.

Como critério dos grupos escolares, era necessário um professor adjunto para cada grupo de 35 alunos efetivamente frequentes. Os professores eram nomeados pelo governo, e sempre eram escolhidos professores intermédios ou normalistas. Estes poderiam ser dispensados a qualquer momento, e poderiam ser indicados para outro grupo escolar ou em qualquer outra escola.

Conforme Souza, as escolas rurais no início do século XX continuaram como escolas isoladas, mas pela falta de professores para reger as aulas devido a distância, a precariedade e a falta de higiene, o governo estabeleceu que para ser nomeado professor de grupo escolar de qualquer localidade ou para escolas isoladas no município da capital, o professor necessitava comprovar efetivo exercício de dois anos em escola isolada de sede de município.

Uma vaga no grupo escolar era o sonho dos professores da época, mas mesmo os professores nomeados não eram suficientes, seja pela demora na nomeação pelo governo ou pelas faltas frequentes por motivos particulares. Por esse motivo em 1904 surgiu a vaga de professor substituto, cuja nomeação eram feitas pelo secretário dos Negócios do Interior e da Justiça, recaindo em professores diplomados pela Escola Normal ou pelas escolas complementares, destaca Souza (1998).

Os professores substitutos deveriam comparecer diariamente ao grupo escolar em que fora nomeado, embora somente recebessem pagamento quando substituíssem

o adjunto. Com isso o Estado garantia o suprimento de professores e era uma forma de selecioná-los.

Conforme Souza (1998) os professores dos grupos escolares eram em 1911:

A maioria dos professores (63,08%) dos grupos escolares da capital era normalista, e esta maior incidência pode ser explicada pela presença da Escola Normal na capital. Além disso, a maior parte era composta por professores do sexo feminino (80,62%). Enquanto isso, nas cidades do interior do Estado, os professores complementaristas correspondiam a 55,60%, e o número de professores do sexo masculino era um pouco maior que o da capital (33,47%) (*Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1911-1912*). (p.73)

O exercício da docência no grupo escolar foi disputado pelos professores públicos por vários motivos: os grupos escolares ofereciam melhores salários e melhores condições de trabalho; além disso, eram consideradas escolas de qualidade e de grande prestígio social que se estendia ao corpo docente. Localizados nos centros urbanos eram ainda mais atrativos que as escolas isoladas. Para muitos professores, especialmente as mulheres, trabalhar no grupo escolar significava o máximo da ascensão na carreira do magistério, dado que os cargos superiores estavam reservados ao sexo masculino.

Souza (1998) destaca que o diretor do grupo escolar assumiu um papel central na estrutura hierárquica-burocrática. Estava nele o segredo do funcionamento e o progresso de seus alunos. O diretor era o único responsável perante o governo. Este cargo na maioria das vezes era desempenhado pelo sexo masculino. Dele se esperava organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário. Para ser diretor de grupo escolar, destaca Souza, era exigido o efetivo exercício na função de professor por dois anos em escola-modelo ou em grupo escolar.

Era responsabilidade do diretor de grupo escolar, conforme Souza em um relato de um diretor de um grupo escolar de Lorena, solicitando um auxiliar para o desempenho de sua função:

Encarregado de acompanhar todo o movimento das aulas, proceder à matrícula, classificação e eliminação dos alunos, organizar mapas e folhas de pagamento, fazer toda a escrituração do Grupo, visar os boletins mensais dos alunos a fim de serem entregues aos pais, exercer sobre os alunos constante vigilância, quer em recreios, quer em horas de trabalho, fazer e responder com pontualidade toda a correspondência oficial, representar o grupo em suas relações externas, providenciar sobre os reparos necessários no prédio, velar pela boa guarda e conservação dos móveis e objetos do ensino; tomar conhecimento das reclamações em geral; providenciar sobre as faltas e comparecimentos de professores. (Rel., GE, ordem 6.818, 1899)

O diretor era a autoridade máxima do ensino em muitas cidades. Eram pessoas ilustres da localidade juntamente com o presidente da Câmara, o vigário, o juiz, o

delegado. O diretor era o articulista em revistas e jornais sobre questões do ensino público.

Dentro deste contexto da reforma do ensino da escola pública do Estado de São Paulo, a cidade de Santa Bárbara D´Oeste foi privilegiada com a construção de um grupo escolar. A data do decreto de criação[2] do Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira, é de 19/02/1913, e foi denominado inicialmente como Grupo Escolar de Santa Bárbara. Suas atividades educacionais iniciaram no dia 29/03/1913, tendo como primeiro diretor contratado, Hippolyto Álvares Cruz.

Através do diretor foram contratados os primeiros professores, que eram denominados como professor adjunto do grupo escolar. Feita a contratação, o professor assinava em conjunto com o diretor, o livro "Termos de Compromissos"[3]. Conforme análise, este livro representava um Contrato de Trabalho, dando-lhes poderes para exercer a função "adjunto do diretor", e os deveres a cumprir perante o Estado.

O Termo de Compromisso firmado com o primeiro professor contratado pelo grupo escolar era assim definido:

Termo de compromisso prestado pelo professor Lafayette Alves Pinto, adjunto do Grupo Escolar de Santa Bárbara. Ao 1º dia do mês de março de mil novecentos e treze, neste Grupo Escolar, perante o diretor, compareceu Lafayette Alves Pinto, nomeado professor adjunto do mesmo estabelecimento, e prometeu ser fiel à causa da República, observar e fazer observar suas leis e regulamentos, e ser exato no cumprimento dos deveres de seu cargo. Em virtude do que, foi lavrado o presente termo, que assina com o diretor o aludido professor adjunto. (Livro Termos de Compromissos, 1913-1928, p. 01)

Além da contratação do professor Lafayette Alves Pinto, para ministrar aulas do 2º ano masculino, foram contratados antes do início das aulas, outros cinco professores, sendo: Antônio de Arruda Ribeiro, para ministrar aulas para o 3º ano masculino; José Benedito Dutra, 1º ano masculino; Elizabeth Ellis de Oliveira e Souza, 2º ano feminino; Laura Emmie Pyles, 3º ano feminino e Maria Benedicta de Assis, 1º ano feminino.

Nesse período foram contratados também os funcionários José Vicente de Oliveira para a função de porteiro e os serventes de escola, Joaquim Francisco Franco e Aurora Domingues Maia.

O grupo escolar iniciou as aulas com 247 alunos, distribuídos em seis salas de aulas, e ordenados em 1ª, 2ª e 3ª série para a sessão feminina e 1ª, 2ª e 3ª série para a sessão masculina. As salas de aulas foram aumentando gradativamente, em 1926 contava com 11 classes, sendo a maior concentração de alunos na 2ª série, com cinco salas de aulas: tendo duas salas para o masculino e duas para o feminino e uma sala para alunos mistos, pois, conforme Souza (1998), quando não formavam sala completa para um determinado sexo, esta seria mista, e tinha que ser ministrada por professora.

Conforme histórico datado de 20/05/1946, os primeiros diretores do grupo escolar foram os professores Hippolyto Álvares Cruz (já mencionado), Daniel Paulo Verano Pontes, Luiz José Dias, João Luiz Landin, Antonio de Arruda Ribeiro, Joaquim

Antonio do Canto, Marciano de Toledo Piza, Benedito Alves Nogueira, Julio de Oliveira e José do Amaral Mello. Podemos observar que este cargo foi exercido somente por homens.

Consta neste mesmo histórico do grupo escolar de 1946, que na direção de Antonio Arruda Ribeiro, foi fundado em 29/01/1922 o "Caixa Escolar", que tinha a função de arrecadar fundos para ajudar os alunos pobres que estudavam no grupo escolar. O caixa escolar era sustentado pela contribuição feita por alguns alunos, professores e alguns sócios particulares. O valor da contribuição era de C.R.\$1,00 mensal. Os alunos beneficiados com este programa recebiam o lanche do recreio, material escolar, roupas no início do inverno e medicamentos diversos.

Em busca de informações sobre a formação dos primeiros professores contratados pelo grupo escolar, encontramos no Arquivo Histórico da Fundação Romi, cinco currículos de professores.

É interessante notar que todos os professores analisados nasceram na mesma década de 1890, três deles natural da cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Quanto a formação desses professores, se deu na Escola Complementar de Piracicaba, Escola Normal "Carlos Gomes", e ou, Escola Normal do Braz, em São Paulo.

Quatro desses professores tiveram sua primeira experiência na área educacional como professor de escola rural, ressaltamos que esta era uma exigência do Governo do Estado, para ser nomeado professor do grupo escolar.

Outro fato interessante é que a maioria desses professores ministraram aulas no Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira até se aposentarem, ou foram promovidos ao cargo de diretor do grupo escolar.

Uma outra observação necessária para este levantamento de dados, é que muitos desses professores foram filhos de professores, casaram-se com professores, e seus filhos também seguiram a mesma carreira de professor.

Ressaltamos que a maioria dos primeiros professores deste grupo escolar, foram homenageados como patronos de outras escolas da cidade.

### **Considerações finais**

A implantação desse grupo escolar para o município de Santa Bárbara D'Oeste, foi de fundamental importância, pois a educação no município era precária, como em qualquer outro município do estado. O poder público da cidade foi o grande responsável pela implantação do grupo escolar, desde a compra do terreno, o início das construções e a doação do terreno ao Governo do Estado, foi um grande avanço para implantação do grupo escolar.

A criação dos grupos escolares no Estado de São Paulo, significou a implantação de uma nova modalidade escolar. Criar uma escola mais racionalizada e padronizada atendia às necessidades de um projeto de integração social e política vista como fundamental para a consolidação da República. Devido a este motivo esperava-se da escola primária a ordem, a moralização pública, a democratização e a renovação do ensino, para que dessa forma, ocorresse a reforma social almejada pelos republicanos.

O edifício-escola, reunindo várias salas de aula e vários professores, compreendeu um engenho fabuloso para o ensino simultâneo e a escolarização em massa. A organização pedagógica com base na classificação dos alunos por grau de adiantamento, no estabelecimento de programas de ensino e no controle do tempo e dos espaços escolares ofereceu as características formais e estruturantes da escola graduada. Da mesma forma, a divisão do trabalho docente e a distribuição do poder dentro da escola mediante o estabelecimento de hierarquias de competências entre inspetor, diretor, professor, funcionários e alunos, condicionaram a estrutura e o funcionamento destas novas instituições educativas.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes**

Arquivo Histórico Fundação Romi. Disponível em: <<http://www.fundacaoromi.org.br>>. Acesso em: 22 out. 2005.

Livro "Termos de Compromissos". Disponibilizado pelo Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira, de 1913 a 1928.

**Livros Atas da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, SP.** Período de 1889 a 1912.

RIBEIRO, Antonio de Arruda. **Coronel José Gabriel de Oliveira: Traços Biográficos.** Santa Bárbara D'Oeste. 1960. Disponível em: <[www.fundacaoromi.org.br](http://www.fundacaoromi.org.br)>. Acesso em: 22 out. 2005.

### **Referências Bibliográficas**

ALENCAR, Francisco. **História da sociedade brasileira.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1985. p. 180-246.

CARACANHA, Laura A. **A Primeira República e os Grupos Escolares: a constituição do Grupo Escolar "José Gabriel de Oliveira" de Santa Bárbara D'Oeste, SP.** 2005. 51 f. TCC, BIC-Sal (Trabalho de Iniciação Científica) - Centro Universitário Salesiano, UNISAL, Americana, SP.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória Coletiva e História científica.** Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, Vol. 14, nº 28, 1994.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MORAES, José Geraldo Vince de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República.** São Paulo: Atual, 1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.



NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 371-398.

REIS FILHO, Casemiro dos. O Ensino Primário Paulista: Primeira República. In:\_\_\_\_. **A Educação e a Ilusão Liberal**: Origens do ensino público paulista. Campinas: Ed. Autores Associados, 1995. p. 131-171.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. A organização escolar no contexto (ainda) do modelo agrário-comercial exportador dependente (1894-1920). In:\_\_\_\_. **História da Educação Brasileira**: A Organização Escolar. Campinas: Editora Autores Associados, (2000). p. 77-94.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

TANURI, L. M. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890-1930**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

---

[1] Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido em 2005, na Graduação do curso de Pedagogia, pelo Centro Universitário Salesiano - UNISAL (Americana), sob orientação da Profª Ms. Cláudia Bevilacqua Denardi Machado; Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, início em 2009, pelo grupo de pesquisa MEMÓRIA, tendo como orientadora Profª. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha.

[2] Fonte: Arquivo Histórico Fundação Romi (Jornal Estado de S.Paulo, 25/04/1958)

[3] Livro "Termos de Compromissos" disponibilizado pelo Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira, de 1913 a 1928.